

## Cânone e Ensino

<https://doi.org/10.61248/palavras.vi64.195>

**Annabela Rita**

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Globais – Universidade Aberta  
arita@campus.ul.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-1541-3006>

Aí está um par intimamente relacionado: o Cânone foi sendo definido por e para o Ensino nas antigas Academias, objetivo que exigia a fixação e revisão dos textos e a identificação dos mais representativos.

A problemática do Cânone Literário é nuclear na reflexão sobre a Literatura e sobre a Cultura de que é cristalização altamente elaborada, hipercodificada. Ao tema e à sua problematização dediquei já uma trilogia (Rita, 2014, 2018a, 2018b) e uma duologia (Rita, 2019, 2021) que lhe perscrutava o sombreado envolvente, essa difusa cultura que no verbo se refrata. A Academia vai-lhe dedicando a sua atenção nos currículos e nos programas correspondentes, mas também em abundante bibliografia. Afinal, são os nossos clássicos, que relemos e evocamos (Italo Calvino), que modelizam a nossa literatura e dominam os nossos programas académicos (Harold Bloom), que constituem as nossas listas (Umberto Eco)...

### 1. Alguns consensos

É uma questão magna do estudo da Literatura, seja qual for a perspetiva.

Autores como Harold Bloom, mas também George Steiner, Italo Calvino, Umberto Eco, Daniela Marcheschi, etc., no plano internacional, ou Vítor Manuel de Aguiar e Silva, no nacional, para apenas mencionar um.

Cada Literatura nacional elenca os seus e os das outras. Listas de instituições académicas e culturais prestigiadas, de autores respeitados (*O Cânone Ocidental*, 1994, de Harold Bloom) ou em revisão, listas em transformação ao ritmo das sensibilidades, dos critérios ...

Há autores e obras que resistem mais longamente às oscilações do gosto e às mudanças de paradigma cultural e estético, outros/as que soçobram e muitos que, depois, são redescobertos. A definição do Cânone Literário está estreitamente dependente do auto/hetero-reconhecimento estético culturalmente moldado.

## 2. Alguma controvérsia

No rigor da correspondência dos conceitos (cânone, nacional, europeu, ocidental, lusófono, autoral, etc.) à realidade que eles designam, assunto sobre que me ocupei noutro lugar (Rita, 2014). E na sua existência de facto: se uns partem desse princípio, outros há que propõem que se defina(m) ou fixe(m) esse(s) cânone(s).

Nas listas. Divergência de critérios de seleção e de constituição, como tive já ocasião de assinalar e exemplificar no caso de exemplos mais representativos, quer entre listas, quer na sua constituição (p. ex., Bloom integra obras não literárias na lista, atendendo à sua influência cultural), quer entre os diferentes momentos da cartografia do mesmo autor (Rita, 2014, especialmente, pp. 35-38).

## 3. Problemas da perspetiva da alteridade cultural

Apenas a título de exemplo, observando a proposta de Harold Bloom no que à Literatura Portuguesa se refere, anotei, principalmente:

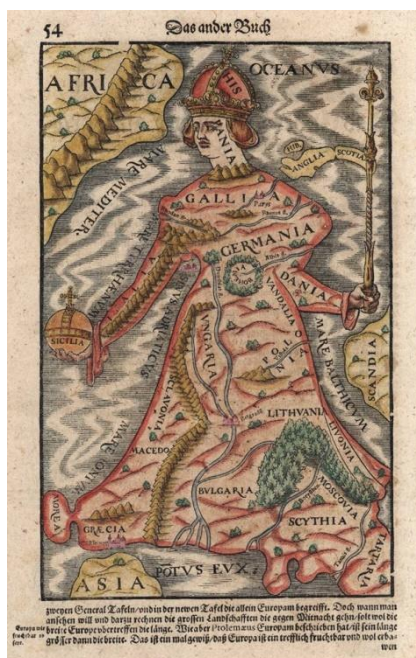
- um imenso desequilíbrio compositivo no contraste entre épocas silenciadas e outras de grande concentração de autores:
  - 2 do séc. XVI (Luís Vaz de Camões [*Os Lusíadas*] e António Ferreira [*Poesia*]);
  - 1 do séc. XIX (Eça de Queirós [*Os Maias*]);
  - 6 do séc. XX (Fernando Pessoa [*O guardador de rebanhos*, *Poemas*, *Poemas escolhidos*, *O livro do desassossego*], Jorge de Sena [*Poemas escolhidos*], José Saramago [*Memorial do Convento*], José Cardoso Pires [*Balada da praia dos cães*], Sophia de Mello Breyner [*Poesias escolhidas*] e Eugénio de Andrade [*Poesias escolhidas*]), 5 dos quais da mesma geração” (Rita, 2014, pp. 35-36);
- a falta de coincidência entre a proposta de Bloom e os protagonistas dessa reflexão (autores, teóricos, críticos, professores, investigadores): o autorreconhecimento e o heterorreconhecimento não se refletem.

## 4. Do (auto/hetero)conhecimento

O conhecimento deriva de um eu-aqui-agora matriz do autoconhecimento que necessita do heteroconhecimento: a consciência propriocetiva desenvolve-se no confronto com a alteridade, nesse espelho que nos devolve a imagem, nos impõe a objetividade da distância e promove a comparação. A imagem antropomórfica é a principal figuração identitária, ponto de partida desse processo de conhecimento, porquanto é construída pelos sentidos, mediadores da relação com o real. No indivíduo, como no caso da comunidade. Daí que as expressões estéticas dessas identidades sejam um longo e fortíssimo filão do património (i)material comunitário, *lugares* (Pierre Nora) onde o indivíduo e a comunidade se encontram e (re)conhecem.

Então, como se exprime e textualiza literariamente a corporalidade *antropomórfica* no processo da construção da identidade europeia e, no caso específico da sua sinédoque portuguesa, da sua identidade nacional, folheando alguns exemplos? E como se efabula o seu movimento existencial, o seu programa de vida?

Na cartografia, p. ex., tudo converge para e deriva de um mapa em que a Europa se impõe como Rainha e Portugal como a sua *cabeça* (Camões, Vieira) e o seu rosto (Pessoa) encimados por uma coroa em cujo topo uma cruz aponta os Açores, o *além* oceânico (v. mapa de Sebastian Münster *Europe as a Queen*, inserido na sua *Cosmographia*, 1545). Mas também para uma Europa mediadora, aquela que une, relaciona, liga o diverso.



Sebastian Münster, *Europe As a Queen*, 1570.

E o que aproxima a *Carta Marina* (1516), de Waldseemüller, a *Nova et accurata totius Europæ descriptio* (1700), de Fredericus de Wit, e o *Planisfério* (1939), de Almada Negreiros? Um diálogo sobre o modo como a Europa se vê no mundo: desde a Europa raptada e lamentosa (*Europa deplorans*), passando pela que atravessa os mares e lhes cavalga os monstros (no caso, D. Manuel I, rei de Portugal, referência de uma *Europa triumphans*) até à que vê o mundo embebido de velhos mitos e lendas que a sua patrimonialidade vai transformando numa cartografia de definição.

Na monumentalidade. O que têm em comum obras como a *Escola de Atenas* (*Scuola di Atene*) (1509-10), de Rafael, em Roma, o Friso do Memorial Alberto (Friso de Parnaso), em Londres, ou o Padrão dos Descobrimentos (1940, 1960), em Lisboa? Um objetivo enciclopédico, antologizador do mais representativo da cultura nacional na perspetiva dos seus autores.

## 4. Regressando ao Cânone nacional e à identidade

A *Mensagem* (1934) pessoana abre com um Portugal-Europa jazente, Esfinge na sequência de outra (a de Édipo) e diante de outra (a egípcia): o além de si no tempo e no espaço. E com uma afirmação que António Quadros assumirá no título da sua trilogia *Portugal, Razão e Mistério* (2019): “As nações todas são mistérios./ Cada uma é todo o mundo a sós.” (Arquivo Pessoa, s. d.). Esse mistério, segundo António Barreto (2016), consiste na sua capacidade de se transformar, permanecendo (p. 43).

Isso implica revisitar a história comunitária para compreendermos a sua identidade, observação que só pode ser feita através dos seus vestígios, das suas representações, da sua memória:

A memória da nação está presente um pouco por todo o lado, pontuando sinais ou quotidiano das gentes, informando a sua maneira de viver e de sentir, balizando o presente e o futuro enquanto forma de representação de uma identidade construída ao longo de oito séculos de forma descontínua. Encontra-se materializada nos monumentos ... É visível no traçado urbano, nomeadamente através da toponímia, ... na paisagem, ... na configuração urbana, rural e florestal. É revelada pelas obras literárias, que fixam momentos de sensibilidade social e exprimem formas de tomada de consciência.

(Bettencourt & Curto (Orgs.), 1991, pp. 7-8)

Ou seja, é necessário observar essa patrimonialidade como *enciclopédia tribal* (Eric Havelock) ou *livro de cultura* (Iuri Lotman), lugares de memória (Pierre Nora), ficção das origens, origens da ficção (Marthe Robert) de si em versão fixada. É essa patrimonialidade que sinaliza e denuncia o modo como as comunidades foram respondendo às grandes questões da existência: quem somos?, de onde vimos?, para onde vamos?... perguntas que o episódio de Édipo e da Esfinge codifica em ponto de fuga da cultura ocidental e que Stephen Hawking procurou sintetizar no seu testamento *Breves respostas para grandes questões* (1988, p. póst.).

## 5. Por marcos do pensamento sobre a identidade portuguesa

Façamos um passeio por alguns marcos do pensamento sobre a identidade portuguesa para melhor sentirmos o seu “pulsar” ...

No espelho das Artes, podemos constatar uma história ritmada por ciclos: o fundacional, o imperial e o refundacional (que se repete nas mudanças de regime político, a passagem da Monarquia à República e desta à Democracia).

No início, porém, a ficção das origens de Portugal radica na multiplicidade de datas importantes potenciando diferentes opções entre a mais “decisiva”, a mais simbólica, a mais representativa da génese do pensamento independentista ou... Veja-se a caminhada até à Bula *Manifestis Probatum*, certidão de reconhecimento decisiva no plano do direito internacional da época:

- 24 de junho de 1128: batalha de São Mamede entre D. Afonso Henriques e sua mãe, D. Teresa, que foi vencida; Dia de S. João Baptista;

- 25 de julho de 1139 (de acordo com a tradição, no dia do provável aniversário D. Afonso Henriques e de São Tiago, patrono da luta contra os mouros): batalha e vitória de Ourique;
- 1140: 1.<sup>a</sup> utilização do título de Rei de Portugal por D. Afonso Henriques;
- 5 de outubro de 1143 em Zamora: Tratado de Zamora, conferência de paz entre D. Afonso Henriques e seu primo, Afonso VII de Leão e Castela;
- 13 de dezembro de 1143: carta *Clovis regni* ou *Chaves do reino* de D. Afonso Henriques ao papa Celestino II, declarando-se exclusivamente seu vassalo (regras do direito romano) e pagando para o efeito quatro onças de ouro por ano;
- 1 de maio de 1144, Bula *Devotionem tuam* de Lúcio II – o Papa aceita a vassalagem de Afonso Henriques (o que o liberta da suserania do imperador hispânico), mas intitula-o *dux portucalensis*;
- 23 de maio de 1179: Bula *Manifestis probatum*.

Depois da independência reconhecida, podemos seguir a coordenada muito interessante da sua devoção mariana, que começa com o rei fundador e que atravessa toda a história, sendo de destacar as consagrações que ocorrem após a Restauração (1/12/1640): o famoso Juramento da Imaculada (25/3/1646), em que D. João IV evoca e reafirma o juramento de D. Afonso Henriques, ambos expressamente celebrados no “duplo centenário” da nacionalidade de 1940 (o da Fundação, 1140, e o da Restauração, 1640), tendo sido a Consagração de Portugal de 14/9/1975 mais discreta e reservadamente celebrada.<sup>1</sup>

E podemos, também, observar o modo como a comunidade busca representar-se de modo mais objetivo e visível através da alegoria/ antropomorfização e da efabulação e simbolização, tendência evidenciada pela cartografia, onde os continentes se figuram femininamente, e pela heráldica da bandeira, onde cada elemento e cor cristaliza uma das coordenadas da sua história.

Mas prossigamos mais sistematicamente o nosso passeio por marcos da nossa história.

## No ciclo fundacional

Este ciclo exprime-se, principalmente, através do Lugar, do Herói e do Império.

### Do lugar

Estando nós bem cientes da nossa posição de finisterra destacada desde a Antiguidade Clássica, a verdade é que com o mapa *Europa Regina in Cosmographia* (Basel, 1598), de Sebastian Münster, ela se figurou através de um “rosto” e de uma “cabeça” “Onde a terra [Europa] se acaba e o mar começa” (Camões, *Os Lusíadas*, III, Ests. 17 e 20), retomados por António Vieira e outros.

Lugar onde a Europa enfrenta o infinito insondável e desconhecido, o enigma da Esfinge, diante de outra no norte de África, ambas (se) colocando e (se)

---

<sup>1</sup> Remeto para o que sobre o assunto digo e antologio no meu *Sfumato. Figurações in hoc signo: Na senda da identidade nacional* (Rita, 2019).

respondendo as/às grandes questões da existência, numa efabulação que a Europa tendeu a simbolizar nos seus mitos maiores (Prometeu, Orfeu, Édipo, Ulisses, Fausto...) e que África declinou a seu modo...

É lugar do *Pensador*, de Rodin, observado pel'*As três sombras* (1886) na sua *Porta do Inferno* (1880-1917), onde convergiam as influências das aguarelas de William Blake da *Divina comédia*, de Dante (quiçá o representado original em atitude meditativa), d'*As Portas do Paraíso* (Florença), de Ghiberti, e do homólogo de Miguel Ângelo.

É também o lugar onde se revela a vocação de Portugal, o projeto de ligação/união anunciado no (controverso) Juramento de Ourique e evocado na *Mensagem* (1934): "Deus quis que a terra fosse toda uma,/ Que o mar unisse, já não separasse.". Projeto, aliás, cumprido:

Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,  
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,  
E viu-se a terra inteira, de repente,  
Surgir, redonda, do azul profundo.  
(Pessoa, 1972, p. 57)

Projeto sinalizado no itinerário lusófono das figurações identitárias e das (auto-)representações simbólicas (Lisboa, personagens...).

## **Do Herói**

Numa história tão extraordinária, de prodígios feita, o fundador tem de corresponder à excecionalidade: a sua construção prestigia-se desde a(s) genealogia(s) ao túmulo, passando pela identificação heroica com a Nação, sempre emoldurado de lendas, efabulações, profecias e milagres que o legitimam.

Em episódios da cronística medieval, no seu corpo, D. Afonso Henriques exibiu as cicatrizes da História, sinais das vitórias que foram conformando Portugal (Dias, 2005, pp. 318-319). E, se o seu corpo cartografa a nação, o seu túmulo impõem-no como alicerce de uma microarquitectura que sobre ele ergue o seu imaginário e as suas referências.

Quanto à sua genealogia, eis que nela convergem as tradições mitológicas pagã, cristã e de cavalaria: entre antepassados como Ulisses e Ofiúsa, Noé e Tubal (*Monarchia Lusytana* (partes I e II) [1597-1609]), ou o cavaleiro Clarimundo (*Crónica do imperador Clarimundo*, 1522, de João de Barros), Rei da Hungria e Imperador de Constantinopla. Desde o nascimento, a miraculosidade acompanha-o: o sonho de Egas Moniz, o milagre de Cárquere, a comunicação telepática com S. Bernardo de Claraval, o Anjo batalhador de Ourique... um herói sagrado por Deus num país que também o é para uma missão de que é investido.



## Do Império

Portugal concebe-se nação de Povo eleito como o exprimem os símbolos identitários sempre suportados por Anjos voadores e terratenentes nas iluminuras da Leitura Nova, de D. Manuel I, cujas armas o Livro do Armeiro-Mor (1509) doura e sobrepõe draconianamente<sup>2</sup>.

Fernão de Oliveira (1507-81) é, talvez, o autor que melhor exprime o pensamento do seu tempo sobre a missão nacional: a constelação disciplinar da sua obra denuncia o propósito coletivo de se preparar a aventura marítima oceânica (daí o seu pioneirismo nas *Artes de construção naval e de guerra no mar*) e o encontro intercultural (daí idêntico pioneirismo nas suas *Histórias da Língua Portuguesa e de Portugal*).<sup>3</sup>

O ciclo imperial cumprir-se-á através do mar e refletir-se-á no *chiaroscuro* das artes dos sécs. XV a XVIII: entre as luzes épicas d'*Os Lusíadas* (1572), ainda que matizadas pelo drama do poeta, e as sombras da *Peregrinação* (1614, p. póst.), de Fernão Mendes Pinto, e da *História Trágico-Marítima* (1735-36), de Bernardo Gomes de Brito, a missa-missão codificada nos Painéis de S. Vicente (séc. XV) e o templo celebratório do Mosteiro dos Jerónimos (sécs. XV-XVI), etc. A própria cartografia oscila entre os monstros marinhos<sup>4</sup> consagrados num mapa de Olaus Magnus (*Carta marina et descriptio septemtrionalium terrarum ac mirabilium / carta náutica e descrição do Norte terras e maravilhas*, 1539) e o que D. Manuel I de Portugal cavalga vitoriosamente<sup>5</sup> pelo Cabo da Boa Esperança numa gravura de Martin Waldseemüller (*Carta marina*, de 1516) com que contrasta a representação da Europa raptada de Fredericus de Wit (*Nova et accurata totius Europæ descriptio*, 1700).

E será esse projeto que, cumprindo-se, vale aos portugueses uma nova sagração, reunindo amor e conhecimento num diálogo com o mito bíblico dos “Filhos de Deus” e das “Filhas dos Homens” (*Génesis* 6:1-4), sinal de uma *nova aliança* e de um novo ciclo na história da humanidade gerada na hierogamia invertida dos homens e das deusas.

Lembro que a Ilha dos Amores é levada por Vénus ao encontro dos “segundos Argonautas”:

Ilha que nas entranhas do profundo  
Oceano terei aparelhada,  
De dons de Flora e Zéfiro adornada  
(Camões, *Os Lusíadas*, IX.40.6-8)

De longe a Ilha viram, fresca e bela,  
Que Vénus pelas ondas lha levava

---

<sup>2</sup> Remeto para o que sintetizo nos breves textos do jornal Observador: “9 séculos depois... Portugal num capriccio” (3/out/2024, <https://observador.pt/opiniao/9-seculos-depois-portugal-num-capriccio/>) e “Na Rota da Estrela: o Evangelho Português” (12/jun/2025, <https://observador.pt/opiniao/na-rota-da-estrela-o-evangelho-portugues-em-transformacao/>).

<sup>3</sup> A *Obra completa* de Fernão de Oliveira foi publicada sob a direção de José Eduardo Franco na INCM (2013-23): a *Gramática da linguagem portuguesa*, a *Arte da Guerra do Mar*, o *Relato da viagem de Fernão de Magalhães*, o *Livro da fábrica das naus*, a *Ars nautica*, o *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do Reino de Portugal* e a primeira *História de Portugal*.

<sup>4</sup> Cf., dentre muitos, o livro *Sea monsters on medieval and renaissance maps* (British Library, 2013), do cartógrafo Chet Van Duzer.

<sup>5</sup> Note-se o modo como D. Manuel replica a pose da *Alegoria da Lusitânia*, do gravador John Droeshout, incluída na obra *Anacephaleoses* (1621), de António Vasconcelos, em <https://arcagulharevistadecultura.blogspot.com/2018/07/lilian-pestre-de-almeida-lusitania.html>. Também em <https://cdn2.picryl.com/photo/1645/12/31/john-droeshout-lusitania-853b9a-640.jpg>.

(Bem como o vento leva branca vela)  
Pera onde a forte armada se enxergava;  
(Camões, *Os Lusíadas*, IX.52.1-4)

E que isso é deliberadamente feito para que estes possam “refocilar a lassa humanidade” (Camões, *Os Lusíadas*, IX.20) para corresponderem ao objetivo da deusa:

Quero que haja no reino Neptunino,  
Onde eu nasci, progénie forte e bela;  
(Camões, *Os Lusíadas*, IX.42.1-2)

Uma comunidade que se transmuta com o amor e o conhecimento da “Máquina do Mundo”, combinando as vieirinas *Chave dos profetas* (1666-67) e *História do futuro* (1664), a profecia e a realização.

## 6. No espelho das Letras, Artes, Mitos (transversalidades)

Se *Os Lusíadas* constituem a épica erudita de um autor no palco do mundo, *A Nau Catrineta* constitui a sua versão popular e tradicional, e, entre ambas, os “Fados” (o livro e o poema “Fado Português”) de Régio, pontos cintilantes de um imaginário difuso, mas denso, embebendo toda a cultura portuguesa, na música (Frederico Valério e Alain Oulman e interpretado por Amália Rodrigues), na pintura (*Fado*, 1910, de Malhoa), etc.. Fado que conta a sua história e a da sua pátria, mas que também as interpreta.

Na praia, ficavam as mulheres a despedir-se dos nautas, que delas se apartavam em antecipada saudade como João Roiz de Castelo-Branco descreve no seu belíssimo poema “Senhora, partem tão tristes/ meus olhos por vós, meu bem” (*Cancioneiro geral*) que Pedro Barroso, Adriano Correia de Oliveira e outros cantarão, partida banhada a lágrimas que mais salgarão e nacionalizarão o mar oceânico (António Nobre, Fernando Pessoa) e saudade que atravessará toda a nossa lírica na interpelação à natureza (às “ondas do mar de Vigo” ou às “flores do verde pino”) pelas meninas da trovadoresca que Martim Codax jogralescamente musica, Bernardim Ribeiro fixa na sua novelística *Menina e moça* e António Menano cantará no seu “Passarinho da Ribeira”, figura compósita oferecida à ficção garrettiana, onde ressurgirá na febril Maria de Noronha (*Frei Luís de Sousa*, 1843-1844) e na telúrica Joaninha de olhos verdes, “ideal e espiritualíssima figura” das *Viagens na minha terra* (1946), onde todos os géneros se encontram e dialogam.

E tudo surge como que emoldurado no “Portal do Império” (Mosteiro dos Jerónimos), onde a arquitetura e a escultura fundem as referências sagradas e as profanas num programa iconográfico em jeito de retomada do *Evangelho português* que Fernão Lopes dissera divulgado por ordem de D. João I, o rei artúrico casado com e pai de “Senhoras do Graal”, cujo panteão no Mosteiro da Batalha era coberto pela Estrela vinda de Belém (Oriente) para a praia do Restelo (da Estrela).

No Ciclo Refundacional, diversos são os subciclos: em 1/12/1640, temos a Restauração com o Juramento da Imaculada em 25/3/1646; depois, são os diferentes momentos da Monarquia Constitucional; a implantação da República, o Estado Novo, a Revolução do 25/4/1974, com Consagração Mariana de Portugal em 14/9/1975. Toda a patrimonialidade monumental se encaminha para o “canto do cisne” que o



Palácio da Pena parecerá entoar, elevando o imaginário do Graal aos céus de Sintra, como afirma Richard Strauss, no seu encantamento pelo surpreendente cenário “das mil e uma noites”...

O séc. XIX, em especial, do Romantismo (com Almeida Garrett e Alexandre Herculano) até ao Decadentismo-Simbolismo, far-nos-á sentir a Portugalidade criticamente concebida na tríade *Vida-Morte-Ressurreição* que Guerra Junqueiro (1850-1923) tão bem soube simbolizar no seu drama *Pátria* (1896), “Os *Lusíadas* da nossa decadência” na justa afirmação de Sampaio Bruno (1898). Mas essa Pátria é o culminar de uma morte e de uma loucura anunciadas: a loucura em que Joaninha mergulhará nas *Viagens da minha terra* (1846) repercutir-se-á na do *Doido de Junqueiro*, do mesmo modo que o desejo de subsistência e renovação concebidas na *Balança da Europa* (1830) embeberão a cena final da *Pátria*, onde a criança a erguer a espada junto a Portugal crucificado fundirá no renascimento-ressurreição esboçado na aurora de simbólico Alcácer-Quibir os imaginários nacional, artúrico e de Joaquim de Fiori.

Entre esses dois momentos (Romantismo e fim-de-século), passamos pelo projeto político dinisiano da utópica felicidade gerada na aliança de classes e na valorização do trabalho convertendo o Portugal velho-rural-aristocrático num outro novo-urbano-burguês, projeto ficcionado no díptico *Uma família inglesa* (1868) e *Os fidalgos da casa Mourisca* (1971), contemporâneo das críticas Conferências do Casino e de *As farpas* (1971 ss.), com o anúncio das incumpridas “Cenas da Vida Portuguesa” queirosianas. Um Portugal que Eça representa no protagonista d’*A ilustre casa de Ramires* (1900):

– Talvez se riam. Mas eu sustento a semelhança. Aquele todo de Gonçalo, a franqueza, a doçura, a bondade, a imensa bondade, que notou o Sr. Padre Soeiro... Os fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo, e juntamente muita persistência, muito aferro quando se fila à sua idéia... A generosidade, o desleixo, a constante trapalhada nos negócios, e sentimentos de muita honra, uns escrúpulos, quase pueris, não é verdade?... A imaginação que o leva sempre a exagerar até à mentira, e ao mesmo tempo um espírito prático, sempre atento à realidade útil. A viveza, a facilidade em compreender, em apanhar... A esperança constante nalgum milagre, no velho milagre de Ourique, que sanará todas as dificuldades... A vaidade, o gosto de se arrebicar, de luzir, e uma simplicidade tão grande, que dá na rua o braço a um mendigo... Um fundo de melancolia, apesar de tão palrador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo, que o acovarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói, que tudo arrasa... Até aquela antiguidade de raça, aqui pegada à sua velha Torre, há mil anos... Até agora aquele arranque para a África... **Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?**

– Quem?...

– **Portugal.**

(Queirós, 2014, p. 375, destaques meus)

É essa identidade que parece morrer crucificada como “Portugal, Rei do Oriente” na *Pátria* após a loucura da amnésia resolvida no autorreconhecimento do Doido como Nuno Álvares Pereira, esse “espírito luminoso” dito “S. Portugal em ser” na *Mensagem*, que renascerá como a Fénix para fazer “cumprir Portugal”.

Serão Fernando Pessoa e Almada Negreiros os principais “arautos” de uma identidade orficamente revisitada (*Mensagem*, 1934), institucionalmente exposta (“O Mundo Português”, 1940, com o “Padrão dos Descobrimentos”, 1960, Portugal dos

Pequenitos, 1938 ss.), religiosamente oficiada (Painéis de S. Vicente, séc. XV, redescobertos em 1883 e repensados pelo séc. XX) e modernistamente simbolizada nos painéis da *Nau Catrineta* de Almada na Gare de Alcântara (1942-45), que tentarão promover o renascimento das cinzas d'*A Morte da águia* (1910), de Jaime Cortesão, que a revista do mesmo título<sup>6</sup>, órgão da “Renascença Portuguesa” (1912 ss.), ensaiou contrariar entre 1910 e 1932.



Almada Negreiros, *Painéis da Nau Catrineta*. Gare de Alcântara, 1942-45

E, sob esse forte impulso, os sécs. XX e XXI serão de revisitação estético-simbólica desse oitocentista ciclo cristológico e dos anteriores que ele sintetiza, evocados, até, na configuração das moedas de euro com que entrámos na União Europeia, que exibem os selos régios fundacionais (os de 1134, 1142 e 1144) emoldurados por um círculo de estrelas marianas da transnacionalidade defendido por outro, interior, dos castelos e das armas da identidade nacional.

Suspendamos o *tour* virtual atento aos sinais identitários da nossa patrimonialidade e regressemos às questões centrais deste Congresso que o seu Coordenador e Presidente da APP, Dr. João Pedro Aído, enunciou em *e-mail*:

- *Do ponto de vista das várias instâncias e agências que atuam na configuração das práticas de ensino da língua e da literatura, de que modo os ‘saberes sedimentados’ noutros campos do saber, como os estudos literários, influenciam o trabalho didático e pedagógico na sala de aula?*
- *Qual o papel dos manuais escolares e do cânone na configuração das práticas de ensino?*
- *Qual o peso e o efeito de todos os metatextos que se cruzam com o manual e no manual?*

<sup>6</sup> Cf. <https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/a-aguia/foreword/presentation>

- *Por que razão é tão difícil ensinar a oralidade, que parece ser um domínio ‘omnipresente’ numa aula de Português?*
- *Em todas estas configurações da leitura escolar, e da leitura escolar de um texto literário, de múltiplos textos literários, qual o grau de liberdade de um professor?*
- *Como levar os alunos a estabelecerem relações complexas entre diferentes elementos textuais e a ler em profundidade um texto literário (completo, e não apenas um excerto)?*
- *Pode um aluno fazer crítica literária?*<sup>7</sup>

Ou seja: o que e como (fazer/dar a) ler aos estudantes?

A essa questão, respondemos partindo de duas convicções fundamentais:

- a de que o “padrão mínimo” da *compreensão* é a *relação*, portanto, a *narrativa*, como afirma consensualmente a Epistemologia (cf., em especial: Bateson, 1987; Rorty, 1979), o que recomenda este modelo comunicativo;
- a de que a cartografia da nossa patrimonialidade (i)material revela “lugares de memória” (Pierre Nora): onde se sinaliza, insuspeitadamente, a construção de uma *identidade nacional* por *desígnio divino* (com (re)fundação “prodigiosa” “por vontade de Deus”, como o fado canta) e o projecto político nacional em transformação (esta é a mais longa e densa linha de sentido hermenêutica da nossa cultura).

Assim, ou traçamos nessa cartografia *roteiros de diálogos literários e/ou interartes* ou identificamos e observamos esses *diálogos* tornando *inteligível* o múltiplo, heterodoxo e complexo de uma nação com a sua identidade gerada no sonho, no milagre e na profecia, um Portugal que se quer na Balança de Europa (1830), que ecoa e de que se distingue...

Um roteiro pelas Letras revela-nos linhas de continuidade no pensamento sobre Portugal como *um país de missão, eleito* (sonhos, profecias, milagres, mitos...), que o movimento da Filosofia Portuguesa perscruta num itinerário de que sublinho, p. ex.: a história prodigiosa de uma *Monarquia Lusitana* (1597-1729), legitimada no episódio de Ourique (refração do de Constantino na Ponde Mílvia), matéria de controverso juramento de D. Afonso Henriques que D. João IV evoca e reafirma no seu, restaurador, profetizada até sebasticamente e consagrada ao divino em sucessivas renovações da aliança com ele... um itinerário em *chiaroscuro* até aos nossos dias, vetoriado pelo verbo dos nossos melhores autores por entre o *Labirinto da saudade* (Eduardo Lourenço, 1978) e as *Memória das origens, Saudades do futuro* (António Quadros, 1992), convergindo, quiçá, nas sobreimpressões da *Cidade de Ulisses* (Teolinda Gersão, 2011) e da *Viagem à Índia* (Gonçalo M. Tavares, 2010)...

---

<sup>7</sup> Cf., também, a cuidadosa preparação reflexiva do encontro em <https://app.pt/16-o-enapp-3-e-4-de-julho-de-2025-chamada-de-trabalhos/#01> e <https://app.pt/debate-app-o-ensino-da-literatura-canone-e-competencias-complexas-de-leitura/>

Ou um roteiro interartístico que nos conduza de Ourique ao mar orientados pela viagem da Estrela do Oriente, que nos traz Belém para a beira-Tejo, entre os diálogos da cronística com os Painéis de São Vicente, do Mosteiro da Batalha (séc. XIV) com a “A Abóbada” de Alexandre Herculano, da sua “Chave de Portugal” (cuja pega é a Capela do Fundador) com o díptico do Mosteiro dos Jerónimos (sécs. XV-XVI) e d’ *Os Lusíadas* (1572), mas também da caminhada para o quinto-imperial Complexo de Mafra (séc. XVIII) com que dialoga o *Memorial do Convento* (1982), tudo se encaminhando para o “canto do Cisne” do Palácio da Pena/do Santo Graal (1840-47) e da dramática *Pátria* (1896), de Junqueiro, “os *Lusíadas* da nossa decadência” (Bruno, 1997), história representada na *Nau Catrineta* (Gare de Alcântara, 1942-45), de Almada Negreiros que a diz *par Coeur* (*Histoire du Portugal par Coeur*, 1919), história de que resta sebastiânica esperança simbolizada no Cais das Colunas, onde se refratam a *Mensagem* (1934) e os Painéis de São Vicente (séc. XV)...

Qualquer das estratégias de abordagem *relacional* comporta as suas escolhas e a sintonia entre disciplinas, sempre difíceis, sempre condicionadas pelas circunstâncias... mas creio que só relacionando em rede, apresentando em diálogo e concerto cultural, conseguiremos atrair, tornar compreensível e redimensionar cada uma das peças patrimoniais que os programas elegem...

## Referências bibliográficas

- Arquivo Pessoa. (s.d.). Dona Tareja. In *Mensagem*. <http://arquivopessoa.net/textos/1286>
- Barreto, A. (2016). *Identidade nacional, cultura, política e mudança social*. Mosteiro da Batalha.
- Bateson, G. (1987). *Natureza e espírito: Uma unidade necessária*. Dom Quixote.
- Bettencourt, F., & Curto, D. (Orgs.). (1991). *A memória da Nação*. Sá da Costa.
- Bruno, S. (1898). *O Brasil mental: Esboço crítico*. Chardron de Lello & Irmão.
- Dias, I. (2005). “In hoc signo...”. In D. Cravalho, D. Vila Maior & R. Teixeira (Orgs.), *Des(a)fiando Discursos: Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques* (pp. 315-326). Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstreams/dab665bc-cffd-48cc-81c6-3a446997e034/download>
- Pessoa, F. (1972). *Mensagem* (10.<sup>a</sup> ed.). Ática.
- Queirós, E. (2014). *A ilustre casa de Ramires*. INCM.
- Rita, A. (2014). *Luz & Sombras no Cânone Literário*. Esfera do Caos.
- Rita, A. (2018a). *Do que não existe: Repensando o Cânone Literário*. Manufactura.
- Rita, A. (2018b). *Perfis & Molduras no Cânone Literário*. Edições Esgotadas.
- Rita, A. (2019). *Sfumato. Figurações in hoc signo: Na senda da identidade nacional*. Edições Esgotadas.
- Rita, A. (2021). *Sfumato & Cânone: Na senda da identidade nacional*. Edições Esgotadas.
- Rita, A. (03/10/2024). 9 séculos depois... Portugal num capriccio. *Observador* <https://observador.pt/opiniao/9-seculos-depois-portugal-num-capriccio/>
- Rita, A. (12/06/2025) “Na Rota da Estrela: o Evangelho Português”, *Observador*. <https://observador.pt/opiniao/na-rota-da-estrela-o-evangelho-portugues-em-transformacao/>
- Rorty, R. (1979). *A Filosofia e o espelho da natureza*. Dom Quixote.